

## Tribunal de Contas rejeita prolongar prazo de pagamento de dívida da água do município de Macedo de Cavaleiros

A câmara municipal queria pagar a dívida de mais de 7 milhões de euros no prazo de 25 anos, mas a proposta não foi aceite



Tribunal de Contas cria novas dificuldades ao município macedense

**Olga Telo Cordeiro**

Foi chumbado pelo Tribunal de Contas (TdC) o visto ao pedido do município de Macedo de Cavaleiros de prolongamento do prazo para 25 anos de pagamento de 7,5 milhões de euros de dívida referente à água. “Neste caso, foi considerado ilegal, mas é uma ilegalidade relativa, o facto de termos negociado uma dívida que é muito vasta a 25 anos”, esclareceu o presidente do município, Benjamim Rodrigues. Segundo o acórdão do TdC, os dois contratos para renegociação da dívida “celebrados pelo prazo de 25 anos, excedem o máximo legal permitido, que é de 20 anos”, no caso dos empréstimos de médio e longo prazos, com a finalidade de “substituição de dívida”, como é o caso. Os juízes entenderam ainda que o pedido tem outros incumprimentos legais como o facto de “não terem sido previamente consultadas, pelo menos, três instituições bancárias, (...) optando-se, antes

pela negociação directa com as instituições bancárias titulares dos supracitados créditos”. O tribunal fundamenta ainda a recusa dizendo ainda que os acordos não foram celebrados com as entidades gestoras, a Águas do Norte, mas com terceiros, entidades bancárias.

Com esta renegociação a câmara municipal pretendia obter alguma folga financeira. A decisão do TdC deixa, por isso, o autarca apreensivo, reconhecendo que o município está “numa situação grave” e a decisão tem um grande impacto porque a dívida da câmara de Macedo de Cavaleiros “corresponde a quase metade do valor do orçamento anual”.

O executivo liderado por Benjamim Rodrigues vai, no entanto, recorrer da decisão. “O processo vai ter de ser todo refeito, estamos a ter aconselhamento jurídico, e vamos procurar uma solução, que fuja a estas imposições do TdC, para tentarmos negociar um novo contrato”, afirmou o presidente da câmara

que argumenta que “esta seria uma situação muito confortável para gerir esta dívida e poder continuar com o investimento necessário ligado aos projectos candidatados” e que a câmara gostaria “de começar a executar”.

Parte da dívida de 7,45 milhões de euros à empresa Águas do Norte já venceu no final do ano passado, outra fracção teria de ser paga até 2021. Perante a “obrigatoriedade de cumprirmos com estes acordos deixados pelo executivo anterior”, o município seria obrigado a fazer um pagamento “que poderia chegar aos 3,5 milhões de euros, durante um ano, no próximo orçamento”, afirma o autarca, que destaca que “seria um esforço financeiro assustante”, o mesmo que dizer que a câmara teria “um fracasso de gestão com os compromissos com as candidaturas aprovadas”.

Estes dois empréstimos são referentes a parte da dívida da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros relativa à água, cujo valor total é de 11 milhões de euros e, segundo o autarca, uma parcela começou já a ser paga.

Benjamim Rodrigues sublinha ainda que vários outros municípios viram recusadas as renegociações de dívida e considera que deve haver uma alteração “à lei de Orçamento do Estado para desafogar as câmaras nestes acordos já decididos”, tendo solicitado uma reunião com a secretaria de Estado das Autarquias Locais para encontrar uma possível solução.